

menos estandardizadas aludindo a um propósito, geralmente moralizante, e reprodutor efetivo de conceitos, logo marcam de forma indelével a identidade das Misericórdias. Por isso, consideramos ser importante esta referência e o facto de lhe ser dedicado todo um capítulo. Embora, não possamos esquecer que Guiseppe Marocci se debruçou sobre a questão dos rituais, muito recentemente, nos *Portugalia Monumenta Misericordiarum* no seu último volume (vol. 10), contudo Isabel dos Guimarães Sá trata-os numa perspetiva diferente, havendo ainda muito a fazer neste campo.

Embora o trabalho duma recensão passe pela avaliação do seu conteúdo e pertinência científica não gostaria de terminar sem enfatizar a clareza do ato discursivo. Para um académico a capacidade de investigação e a produção de inovação do saber é o mais importante, mas transmitir o conhecimento de forma clara e cativante, para nós é também muito importante, e esta obra é um bom exemplo de sucesso em termos de comunicação.

Outra característica, aliás presente em outras obras da autora, é a «transparência científica», apontando, sempre os aspetos que podem ser tratados por outros investigadores, revelando fontes pertinentes para cada um dos estudos que se encontram em aberto, ou em «work in progress», como refere.

O *Regresso dos Mortos*, ou seja, dos doadores que estão na origem do título deste livro, não tem apenas a ver com a economia da salvação das almas, mas também com o facto de que se garantia que o que não pudessem resolver em vida, seria resolvido pela Misericórdia, como a cobrança de dívidas, legados e heranças de bens a parentes ou alforrias de escravos. Em conclusão, estes doadores providenciaram o seu regresso ao mundo dos vivos para fazer popear a sua memória e jamais serem esquecidos, como bem salienta a autora.

RITA FERNANDA DO VALE PINTO PEDRAS

rimarvale@hotmail.com

ORCID: 0000-0001-6378-8227

https://doi.org/10.14195/2183-8925_37_15

Luciano Aronne de Abreu e Paula Borges Santos (orgs.), *A era do corporativismo: regimes, representações e debates no Brasil e em Portugal*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017, 209 p. ISBN: 9788539709694

A historiografia atual tem mostrado estar atenta, não apenas à importância de conferir uma nova abordagem ao estudo da temática do corporativismo, mas também à pertinência da ideia da transnacionalidade deste conceito. A obra aqui recenseada encaixa-se neste espírito de

trabalho, estabelecendo um diálogo interpretativo entre as experiências autoritárias dos dois lados do Atlântico – Portugal e Brasil – e de que forma o corporativismo constitui um dos pilares para a consolidação dos regimes salazarista e varguista. Como os organizadores referem na introdução, mais do que uma mera compilação de estudos, esta obra destaca-se pelo «caráter teórico-conceitual ou o olhar comparativo» (p. 8). Encontra-se repartida em duas partes: a primeira obedecendo à análise das «Representações e debates» (p. 17-149) enquanto a segunda se ocupa dos «Regimes e instituições» (p. 150-305), sendo antecedida de um prefácio da autoria de Fernando Rosas.

Este prefácio parte ao encontro de compreender «o corporativismo enquanto categoria histórica», historicizando este tema e fornecendo elementos que permitam a sua compreensão concreta. Rosas salienta algumas ideias-chave, nomeadamente o contexto histórico em que o corporativismo emerge (a crise dos sistemas demoliberais) e o seu «tríplice propósito» (anulação da conflituosidade social, regulação estatal da economia, instrumento de inculcação ideológica e de vigilância). Estes são fatores que o levam a diferenciar a regulação de interesses decorrente dos fascismos e das democracias. Nas suas palavras, «nas sociedades democráticas há gestão plural e democrática dos conflitos de classe (quando há), e não o reencontro, subliminarmente sugerido pela abordagem neocorporativa, como uma ordem natural» (p. 14).

Findo o prefácio, inicia-se a primeira parte da obra que abre com um artigo de Ernesto Castro Leal, «Organicismo e corporativismo em Portugal (1910-1926)» que corresponde à análise da «inscrição de ideias e práticas orgânicas sobre representação política dos interesses organizados» (p. 17). Este texto é particularmente relevante pois confere um substrato mais antigo às ideias corporativas, concluindo-se que o organicismo não constitui novidade aquando da emergência do salazarismo, percorrendo a I República, em diferentes momentos e em diferentes quadrantes, desde os programas partidários, passando pelo debate em torno da Constituição de 1911 até ao estertor do regime, em grupos católicos ou os seareiros.

Em seguida encontra-se o artigo de José Maria Brandão de Brito que faz uso de uma interrogação para título, “Uma escola corporativa portuguesa?”. Segundo o autor, tal pergunta tem como resposta «um inequívoco, sim» (p. 59), apresentando ao longo deste trabalho os elementos diferenciadores da doutrina corporativa portuguesa (a equiparação de capital e trabalho em termos de dimensão social e o papel reservado ao Estado), a sua originalidade em comparação com outros regimes de feição corporativa, sem esquecer a redefinição programática sofrida no segundo pós-guerra, na chamada «segunda arrancada».

O artigo de Álvaro Garrido, com o título «O corporativismo na História e nas Ciências Sociais: uma reflexão teórica partindo do caso português»,

fornece elementos vários na senda de atribuir ao corporativismo uma base historiográfica. Para Garrido, deverá ser feita a destriça entre neocorporativismo e corporativismo histórico, além de um esforço de comparação «de modo a permitir interpretações caso a caso e Estado a Estado» (p. 82). Todo o artigo é repositório de elementos que, não apenas explicam a essência das experiências corporativas, mas também quais os conceitos a usar no estudo de tal temática.

É com o estudo de Vera Alves Cepeda que encontramos o primeiro artigo que se debruça sobre o caso brasileiro: «Trajetórias do corporativismo no Brasil: teoria social, problemas económicos e efeitos políticos». A autora procura analisar como o corporativismo foi «uma ideia e fenómeno plural, dotado de mais de uma faceta e momento de existência» (p. 99). Pela sua argumentação, poder-se-á considerar que, tal como em Portugal, o autoritarismo brasileiro recupera as ideias orgânicas e corporativas que percorriam diversos círculos intelectuais, atribuindo-lhe uma feição constitucionalmente normativa e usando-as como um reforço da autoridade do regime de Getúlio Vargas.

Estabelecendo diálogo com o artigo que o precede mas num intuito analítico mais delimitado, segue-se o artigo de Luciano Aronne de Abreu, com que é iniciada a segunda parte do livro. Este estudo intitulado «Iberismo e corporativismo: a «verdadeira» nação brasileira segundo Oliveira Viana» procura inscrever o pensamento de Oliveira Viana nas ideias corporativas brasileiras. Abreu demonstra como, para Viana, a experiência colonial europeia era a explicação para os problemas do Brasil dos anos 20 e que o corporativismo possuía uma capacidade redentora dos problemas económicos, sociais e até raciais.

Retomando a análise do corporativismo português, temos o estudo de António de Araújo, «Portugal, 1933: uma experiência de constitucionalismo autoritário» que escrutina o contexto de formação e a natureza corporativa da Constituição Política de 1933. No campo da teorização e aplicação dos princípios constitucionais, o artigo de Paula Borges Santos, subordinado ao tema «A problemática da representação política e da representação de interesses no autoritarismo português (1933-1974)», foca esta situação numa perspetiva das câmaras de representação política, demonstrando como o modelo de representação se manteve durante todo o regime. A autora conclui que, não obstante mudanças endógenas e exógenas, «o projeto corporativo do Estado, ao longo de toda a ditadura, nunca teve uma dimensão política forte. Por essa razão, a representação orgânica nunca foi exigida pela classe política dirigente, a não ser após o fim da Segunda Guerra Mundial» (p. 237-238).

O trabalho de Cássio Albernaz, «Os Conselhos Técnicos na ditadura brasileira: autoritarismo e planeamento na estrutura estatal (1964-1982)» revela como a economia planificada foi uma das formas encontradas pela

Ditadura Militar brasileira para alcançar níveis de desenvolvimento mais elevados. Igualmente o artigo demonstra como a representação de interesses recupera elementos associados ao corporativismo, nomeadamente a centralização de funções e coordenação estatal na resolução e implementação de políticas económicas.

A obra encerra com a temática da integração e controlo do poder local na orgânica administrativa do Estado Novo. É com o contributo de António Rafael Amaro, no artigo «Corporativismo e representação política das autarquias em Portugal durante o Estado Novo (1936-1959)» que é revelada uma das problemáticas a que o regime autoritário português tentou dar cobro, mas de forma ambivalente. A organicidade pretendida na representação e administração dos municípios e províncias acabou por ser subvertida numa clara demonstração da prevalência do princípio do «controlo efetivo, pelo governo central, dos poderes periféricos» (p. 302).

Em síntese, a obra da qual deixamos as precedentes notas de leitura trata-se de um trabalho sólido, metodologicamente rigoroso, alicerçado na mais recente investigação sobre a temática e que convida a reflexões várias. Elenca ainda os contributos teóricos subjacentes à adoção e implementação do corporativismo e demonstra ainda como tal projeto se revestiu mais como mecanismo de consolidação dos regimes português e brasileiro do que uma ideia emergente da sociedade civil. Desta forma, e através desta leitura com a colaboração de vários autores, é possível ver que o corporativismo foi adquirindo uma certa plasticidade, moldando-se em várias territorialidades, adaptando-se a outros contextos e suscitando debates diversos.

LEONARDO ABOIM PIRES

leonardopires5@hotmail.com

Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa

ORCID: [org/0000-0001-6033-350X](https://orcid.org/0000-0001-6033-350X)

https://doi.org/10.14195/2183-8925_37_16

Marc Ferro, *A Cegueira – Uma outra história do nosso mundo*, Amadora, Cavalo de Ferro, 2017, 445 p., ISBN 978-989-623-243-6.

A Cegueira, de Marc Ferro, é um ensaio de fundo historiográfico que aborda a generalidade do século XX europeu, em particular as grandes transformações sociopolíticas, e alguns dos grandes debates do início do novo milénio.

Com enfoque no século francês, a narrativa constitui-se essencialmente a partir de dois vetores: por um lado, a *negação* e, por outro, a *credulidade* de cidadãos comuns, dirigentes políticos e intelectuais perante a iminência